



ESTADO DO TOCANTINS  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAI**  
"DESENVOLVIMENTO E OPORTUNIDADE PARA TODOS"

**PROJETO DE LEI Nº 235/2016**

—

**DE 09 DE MARÇO DE 2016.**

**"AUTORIZA O EXECUTIVO A RECEBER DAÇÃO EM PAGAMENTO, EM BENS IMÓVEIS, PARA O FIM DE EXTINGUIR CRÉDITO TRIBUTÁRIO, CONFORME PREVISTO NO ART. 156, INCISO XI DO CTN, QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal de Guaraí, Estado do Tocantins, Aprovou e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais, **SANCIONO** a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a receber do **Sr. José Vanderlito Gomes**, em dação em pagamento, o bem imóvel descrito no Art. 2º desta lei, para o fim de extinguir créditos tributários que o Município tem com esse contribuinte, conforme previsão do art. 156, inciso XI, do CTN.

**Art. 2º** - O bem imóvel, objeto da dação em pagamento, de propriedade de **José Vanderlito Gomes**, é o seguinte:

**I** – Lote 06, da quadra 11, localizado no Setor Aeroporto 2ª Etapa, com área total de 396,00 m², conforme certidão de inteiro teor anexo.

**§ 1º** - Os créditos tributários extintos através da dação em pagamento são referentes a taxa de licença para execução de obras e loteamento, conforme indicação contida na DUAM nº. 565475, a qual é parte integrante da presente lei.

**§ 2º** - A área, objeto da dação em pagamento, será transferida ao Município através da competente Escritura Pública.

**Art. 3º** - A dação em pagamento em bens imóveis, a que se refere esta lei deve compreender a integralidade do débito do contribuinte, incluídos juros e multa, até o montante do valor avaliado, podendo ser utilizado o REFIS, vedadas a renúncia fiscal ou a diminuição de receita para o Município e observado o seguinte:

**I** - Havendo diferença de valores em favor do Município esta deverá ser paga no ato da assinatura da escritura pública.



ESTADO DO TOCANTINS  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAI**  
"DESENVOLVIMENTO E OPORTUNIDADE PARA TODOS"

**PROJETO DE LEI Nº 235/2016**

—

**DE 09 DE MARÇO DE 2016.**

*II – havendo débito ajuizado, não poderá o Município arcar com despesas de custas processuais nem renunciar a honorários advocatícios fixados pelo Juiz na Ação de Execução Fiscal;*

*III – havendo débito ajuizado, a dação em pagamento somente poderá ocorrer mediante a exibição, pelo contribuinte, da comprovação do recolhimento das custas processuais e dos honorários advocatícios;*

*IV – em qualquer caso, os honorários advocatícios serão devidos somente sobre o valor compensado que estiver em processo de execução fiscal, vedado ao Município o recebimento dos honorários advocatícios sobre débitos compensados não ajuizados.*

*Art. 4º - Para viabilizar a dação em pagamento em bens imóveis o contribuinte deverá apresentar os documentos comprobatórios da titularidade do imóvel, com certidão que comprove que estes estejam livres de quaisquer ônus e de débitos tributários, exceto os débitos objeto desta lei.*

*Art. 5º - Competem à Secretaria Administração, Planejamento e Finanças, o recebimento, o processamento e a decisão da dação em pagamento em bens imóveis, devendo aquelas sobre estes proferir decisão escrita.*

*Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

**PALÁCIO PACÍFICO SILVA, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAI**, aos 09 (nove) dias do mês de março do ano de 2016 (dois mil e dezesseis).

  
Francisco Julio Pereira Sobrinho  
Prefeito Municipal